



Vetos a regras eleitorais e LDO estão na pauta do Congresso

Os parlamentares podem analisar ainda 13 projetos de crédito orçamentário, entre eles o que destina cerca de R\$ 3 bilhões para vários órgãos do governo federal

O Congresso Nacional pode votar hoje, a partir das 14h, o veto parcial ao projeto que altera regras para partidos políticos e para eleições, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 e projetos de abertura de crédito orçamentário. Se o veto for rejeitado, os trechos serão inseridos na lei e a maior parte deles pode valer para as eleições de 2020. O texto da LDO é o mesmo enviado pelo Executivo e aprovado em agosto pela Comissão Mista de Orçamento. O reajuste do salário mínimo será feito pela inflação, sem ganho real. **3**



Waldemir Barreto/Agência Senado — 2/10/2019

Segundo o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, os trechos vetados não tratam de eleições, mas do funcionamento dos partidos, por isso, podem valer em 2020

Debatedores defendem mudanças na reforma da Previdência na segunda votação



Paulo Paim preside debate com Diego Cherulli (E), Cleci Dartora e Luiz Bontempo sobre a PEC da reforma da Previdência

Especialistas defendem que a proposta de reforma da Previdência, aprovada em primeiro turno de votação pelo Plenário na semana passada, receba alterações no segundo turno.

Os participantes de audiência na Comissão de Direitos Humanos apontaram vitórias do trabalhador no texto votado no Senado, como a manutenção do abono salarial do PIS/Pasep

para quem ganha até dois salários mínimos, que seria extinto pela proposta que veio da Câmara. Entretanto, consideraram que ainda há mudanças a serem feitas e que não podem esperar pela aprovação da PEC paralela. Entre elas, a retirada de novas exigências para aposentadoria especial e a definição do valor do financiamento do abono salarial. **4**

Projeto que proíbe carros a combustão deve virar marco da eletromobilidade

Em audiência na Comissão de Meio Ambiente, representantes do governo e da indústria defenderam o estabelecimento de um marco legal da eletromobilidade, com a transição gradual para

veículos elétricos ou híbridos. Eles disseram que um projeto em tramitação na comissão, que proíbe a venda de carros novos movidos a combustíveis fósseis a partir de 2060, pode cumprir esse papel. **3**

Conselho recomenda debate sobre responsabilidade de redes sociais

O Conselho de Comunicação Social do Congresso aprovou ontem parecer sobre a atuação das empresas de internet. Segundo os conselheiros, as empresas

recebem enormes receitas publicitárias, mas não são submetidas às mesmas obrigações das mídias tradicionais, responsáveis pelo conteúdo que ofertam. **2**

Aluno de Alagoas é o primeiro colocado no Jovem Senador

O estudante de Alagoas Pedro Henrique de Araujo Silva ficou em primeiro lugar no concurso de redação que selecionou alunos do ensino médio público para

o projeto Jovem Senador com o texto "Interpreta-me ou te devoro". O tema da redação foi "Cidadão que acompanha o orçamento público dá valor ao Brasil". **2**



Senador Irajá anuncia na Rádio Senado nomes que participarão do projeto

Empresas criticam regulação de oferta de conteúdo sob demanda

A Comissão de Assuntos Econômicos debateu ontem projeto para regular a comunicação audiovisual sob demanda (*video on demand*). De Humberto Costa, o texto regula a distribuição de conteúdos por banda larga. Na audiência da comissão, os convidados criticaram a proposta, sob os argumentos de que ela prejudicará produtores e consumidores, impedirá o crescimento do setor e caracterizará abuso regulatório por resultar em reserva de mercado. **4**

Redes e mídia têm mesmas obrigações, diz colegiado

O Conselho de Comunicação Social do Congresso decidiu que é preciso discutir como responsabilizar empresas como Facebook, Twitter e WhatsApp pelas informações e anúncios que vierem a divulgar

O CONSELHO DE Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS) aprovou ontem o parecer do conselheiro Sydney Sanches sobre a atuação das empresas de internet. O órgão concluiu que o Parlamento e a sociedade devem discutir a responsabilização judicial de aplicativos como Facebook e WhatsApp, entre outros. Segundo os conselheiros, as empresas recebem enormes receitas publicitárias, mas não são submetidas às mesmas obrigações das mídias tradicionais, responsáveis pelo conteúdo que ofertam.

— Não podemos mais conviver num mercado onde estas plataformas lucram absurdamente vendendo anúncios e conteúdos e não têm responsabilidade sobre isso — disse



Conselheiros Davi Emerich e Sydney Sanches conversam durante reunião

o representante da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel), João Camilo Júnior.

No parecer, o CCS conclui que a equivalência de mercado entre os meios digitais e os tradicionais permitirá uma maior responsabilidade na difusão das informações, “que

são muitas das vezes descontroladas, nocivas e prejudiciais aos interesses coletivos e à democracia”.

O presidente do CCS, Murillo de Aragão, disse que a mídia profissional não controla boa parte do que é anunciado em suas páginas na internet.

— Isso virou um problema. Os veículos tradicionais não controlam o que o Google veicula. E muitas vezes trata-se de propaganda absolutamente enganosa, fora dos padrões do Conar [Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária]. É uma situação perigosa para sites como G1, UOL ou R7, que acabam veiculando anúncios disfarçados de notícias, como de medicamentos supostamente milagrosos, sem ter qualquer controle sobre isso. Abre-se uma brecha para que acabem sendo responsabilizados — disse Aragão.

Estudo propõe responsabilizar plataformas digitais por disseminação de notícias falsas

O Conselho de Comunicação Social divulgou no dia 4 de novembro o documento *Como Combater o Fenômeno das Fake News*. Segundo o presidente do órgão, Murillo de Aragão, a publicação vai alertar para a relevância que o problema das notícias falsas alcançou na sociedade e sugerir punição para quem produz e dissemina esse

tipo de conteúdo. Uma das medidas previstas é a responsabilização das plataformas digitais, como WhatsApp e Facebook.

O CCS também deve divulgar em novembro um levantamento sobre o estado atual da liberdade de imprensa no Brasil. O estudo foi pedido pela senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA).

Servidora terá jornada reduzida até os 2 anos do bebê

O Senado passou de 15 para 24 meses o período em que as servidoras que estiverem amamentando poderão cumprir jornada reduzida de trabalho. De sete horas, a jornada cai para seis horas.

A decisão alinha as ações do Senado às recomendações do Unicef e do Ministério da Saúde, que preconizam a amamentação materna até os 2 anos de vida do bebê. A me-

didada também está prevista no Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado, lançado em setembro.

Para a diretora-geral, Ilana Trombka, essa é mais uma demonstração do comprometimento da Casa com causas importantes, como a educação na primeira infância.

— O Senado Federal hoje é um órgão que possui uma política de gênero muito concreta,

madura, e que mostra em atos, não apenas no discurso, como fazer uma política interna que beneficie a seus servidores e a toda a sociedade — afirmou.

A coordenadora de Atenção à Saúde do Servidor, Natália Manzi, disse que a iniciativa é benéfica para a mãe em uma das fases mais importantes para a saúde da criança, ao promover ganhos nutricionais e imunológicos.

Aluno de Alagoas é o primeiro colocado no Jovem Senador

O estudante de Alagoas Pedro Henrique de Araujo Silva ficou em primeiro lugar no concurso de redação que selecionou alunos do ensino médio público para participar do Projeto Jovem Senador. O tema da redação foi “Cidadão que acompanha o orçamento público dá valor ao Brasil”. Pedro Henrique estuda na Escola Estadual Professora Edite Machado, no município de Capela, e foi autor da redação “Interpreta-me ou te devoro”.

A segunda melhor redação, “Orçamento participativo; caminho para a cidadania”, é de Alan Alves Henrique Ferreira, da Escola de Ensino Fundamental e Médio Carminha Vasconcelos, de Morrinhos (CE). Sanna Abigail de Jesus Mello, com a redação “O cuidado com a coisa pública e seu poder transformador”, foi a terceira colocada. Ela estuda na Escola Estadual Zumbi dos Palmares, da Serra (ES).

Com outros 24 estudantes,

um de cada estado e do DF, os três estarão de 25 a 29 de novembro em Brasília, para atuar como jovens senadores. Eles irão se reunir nas comissões e no Plenário para apresentar, discutir e aprovar sugestões que mais tarde podem tramitar como projetos de lei, se acolhidas pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O senador Irajá (PSD-TO), presidente do Conselho do Programa Jovem Senador, telefonou ontem para os três primeiros classificados e comunicou o resultado.

— É uma oportunidade de eles poderem passar uma semana conhecendo a rotina de um parlamentar. Eu fico muito confiante de que alguns desses talentos poderão despertar o interesse para entrar na vida pública. Quem sabe desses 27 campeões a gente não vai ter um grande político? — disse.

Vencedores do Jovem Senador
<http://bit.ly/vencedoresJS2019>

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



CDH Reforma tributária

9h Debate sobre a reforma tributária.

CI Presidente da Anac

9h Audiência com o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, José Ricardo Botelho. Depois, pauta de 11 itens.

CAE Gasodutos

10h Entre 18 itens, o PL 3.975/2019, que destina recursos do pré-sal para gasodutos.

CCJ Precatórios

11h A PEC 95/2019, que prorroga prazo do regime especial de pagamento de precatórios, é um dos 35 itens.

CE Pagamento de passaporte

11h Entre 19 itens, o PL 861/2019, que isenta estudantes de pagarem por passaporte.

CTEC Quitação de faturas

11h30 Na pauta de 9 itens, o PLS 374/2017, que faculta o pagamento da fatura fora do estabelecimento do fornecedor.

CONGRESSO Vetos e LDO 2020

14h Análise de vetos e do PLN 5/2019, que trata da LDO para 2020.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Quatro medidas provisórias na pauta: 884 (Cadastro Ambiental Rural), 885 (venda de bens apreendidos do tráfico), 887 (contratos temporários de pessoal da Aeronáutica) e 888 (servidores requisitados na Defensoria Pública da União).

CMO Crédito suplementar

14h30 Entre 4 itens, o PLN 23/2019, que abre crédito suplementar em favor de diversos órgãos do Executivo.

MP 894/2019 Crianças com microcefalia

14h30 Audiência com especialistas e pesquisadores da área. Entre os convidados, representantes das Universidades Federais da Bahia e de Pernambuco.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Congresso analisa veto a regras eleitorais e LDO

Caso o Senado derrube o veto a trechos do projeto que modificou a Lei Eleitoral, as regras podem valer nas eleições de 2020, de acordo com o entendimento do presidente da Casa, Davi Alcolumbre

O VETO PARCIAL ao projeto que altera regras para partidos políticos e para eleições, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020 e projetos de abertura de crédito no Orçamento de 2019 estão na pauta da sessão de hoje do Congresso Nacional. A sessão conjunta está marcada para as 14h.

O veto parcial é o único que resta na pauta e veta dispositivos do projeto de lei sobre regras eleitorais (PL 5.029/2019). O projeto foi convertido na Lei 13.877, de 2019. Se os vetos forem rejeitados, os trechos serão inseridos na lei e a maior parte deles pode valer para as eleições de 2020.

O entendimento do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, é que, como os trechos vetados não têm relação com as disputas eleitorais, mas com o funcionamento dos partidos, não é preciso cumprir a regra da anualidade, segundo a qual as normas eleitorais já devem estar valendo pelo menos um ano antes do pleito. Assim, a derrubada dos vetos deve fazer com que os dispositivos tenham validade já nas eleições de 2020.

Um dos principais dispositivos vetados é uma alteração na composição do Fundo Eleitoral, usado para o financiamento de campanhas. O texto aprovado pelos parlamentares previa que o valor do fundo deveria ser definido pelo projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) da União e formado a partir do percentual do total de emendas de bancada, cuja execução é obrigatória. Hoje



Créditos especiais e suplementares também estão na pauta da sessão

30% do fundo é composto por recursos dessas emendas.

O governo alegou que vetou o trecho sobre a composição do Fundo Eleitoral por representar aumento de despesa pública: "A propositura legislativa, ao retirar o limite de 30% atualmente vigente, acaba por aumentar despesa pública, sem o cancelamento equivalente de outra despesa obrigatória e sem que esteja acompanhada de estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro".

Outra parte vetada do projeto original altera o prazo-limite para requerer a inelegibilidade de candidatos. O texto vetado proibia que a inelegibilidade pleiteada durante o processo de registro fosse usada em recurso contra a diplomação. Pela regra da anualidade, esse trecho vetado, por tratar de regras das eleições, precisaria estar em vigor um ano antes do pleito de 2020, marcado para 4 de outubro. Ainda que retomado do texto, o dispositivo não deve valer para as próximas eleições.

Também está na pauta o projeto da LDO (PLN 5/2019). O texto foi aprovado no início de agosto pela Comissão

Mista de Orçamento (CMO) e mantém a proposta original do Poder Executivo de reajustar o salário mínimo para R\$ 1.040, sem ganhos reais. Em relação ao valor atual (R\$ 998), o aumento nominal será de 4,2%, mesma variação prevista para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a inflação, neste ano.

O texto prevê um déficit primário de R\$ 124,1 bilhões para o governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central), menor que o deste ano, de R\$ 139 bilhões. Desde 2014, as contas do governo federal estão no vermelho, e o texto prevê que essa situação perdure até 2022.

Outros 13 projetos na pauta tratam da abertura de créditos especiais e suplementares ao Orçamento. O mais controverso deles é o PLN 18/2019, que remaneja mais de R\$ 3 bilhões do Orçamento da União. O Ministério do Desenvolvimento Regional será o maior beneficiário, com crédito adicional de R\$ 1 bilhão. Os Ministérios da Saúde, com R\$ 732 milhões, e da Defesa, com R\$ 541,6 milhões, aparecem em seguida.

Texto que proíbe carros a combustão deve virar marco

Representantes do governo e da indústria defenderam o estabelecimento de um marco legal da eletromobilidade, com a transição gradual para veículos elétricos ou híbridos. Em audiência, ontem, na Comissão de Meio Ambiente (CMA), eles disseram que o PLS 454/2017 pode cumprir esse papel. O projeto proíbe a venda de carros novos movidos a combustíveis fósseis a partir de 2060.

O relator da proposta, que terá decisão final na CMA, Jean Paul Prates (PT-RN), defende que o texto vá além de estabelecer prazos e embase uma discussão estruturante sobre o setor de transportes. Ele salientou a importância ambiental, econômica e diplomática de posicionar o Brasil rumo à eletrificação dos transportes.

— O Brasil recentemente entrou para o clube dos exportadores de petróleo, é líder mundial no desenvolvimento de biocombustíveis, mas não temos interesse em provocar uma transição rápida.

O presidente da Associação Brasileira de Veículos Elétricos, Ricardo Guggisberg, disse que o plano nacional de eletromobilidade deve integrar não só os automóveis, mas também outros modais de transporte.

O presidente da Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Ciclomotores e Similares, Maurício Siqueira Francisco, disse que são entraves à descarbonização a burocracia para adquirir documentação e a dificuldade para licenciar scooters e bicicletas elétricas.

No ano passado entrou em vigor o Programa Rota 2030, com diretrizes para a indústria automobilística na próxima década. O diretor técnico da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, Henry Joseph Junior, afirmou que o PLS 454/2017 deve se integrar a essa programação do governo. Para o secretário de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia, Paulo Alvim, além dos elétricos e híbridos, o Rota 2030 motivou inovações no etanol e nos carros flex.

Para o diretor de Estudos do Pretróleo, Gás e Biocombustíveis da Empresa de Pesquisa Energética, José Mauro Coelho, fatores que forçarão o caminho para um modelo de baixo carbono são o clima, os avanços tecnológicos, a incerteza nos preços do petróleo, as tensões geopolíticas e a conscientização social com a questão ambiental.



Entre Guggisberg e Francisco, Jean Paul comanda audiência pública

Wellington pede verba para universidade de Rondonópolis

Wellington Fagundes (PL-MT) comemorou ontem a inauguração de um novo prédio na Universidade Federal de Rondonópolis. O senador ressaltou, no entanto, que faltam recursos para a conclusão do setor que deve abrigar o curso de medicina.

Ele disse que os senadores de Mato Grosso vão discutir a possibilidade de apresentar emendas de bancada à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020.

— Esse prédio já está todo levantado, a obra paralisada, faltando R\$ 3 milhões para a sua conclusão



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Bezerra, fim das coligações mudará cenário político

Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) destacou ontem, em Plenário, a força do MDB e registrou a realização da convenção nacional do partido, ocorrida no domingo em Brasília

O senador ressaltou que as eleições municipais em 2020 trarão mudanças como o fim das coligações partidárias. Para Bezerra, isso terá efeitos no cenário político, com uma redução no número de partidos, o que pode fazer com que os postulantes aos cargos de prefeitos e vereadores se abriguem em legendas mais competitivas e fortes.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alvaro critica empresa aérea Gol e cobra providências à Anac

Alvaro Dias (Podemos-PR) protestou ontem contra a empresa aérea Gol. De acordo com o senador, no último domingo a empresa cancelou um voo em cima da hora no Aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, o que gerou vários transtornos aos passageiros que embarcariam.

— Nós estamos aqui para chamar a atenção, não só para protestar, mas para alertar a Anac. É uma agência reguladora, com a responsabilidade de fiscalizar e defender o consumidor. Esperamos que ela seja de fato reguladora competente — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Veneziano manifesta preocupação com cortes na Embrapa

Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) apontou ontem a importância do trabalho científico da Embrapa para o setor produtivo. Entretanto, segundo ele, é preocupante sua situação pelos significativos cortes que sofrerá no Orçamento de 2020.

Para o senador, falta sensibilidade ao governo ao não olhar atentamente para uma empresa pública de ponta, que muito contribui para o desenvolvimento econômico e social.

— Temos plena compreensão do quanto a Embrapa fez, faz e poderá fazer.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Styvenson anuncia grupo de estudos sobre crianças e adolescentes

Styvenson Valentim (Podemos-RN) anunciou que está criando um grupo na Comissão de Direitos Humanos (CDH) para analisar o sistema penal aplicado a crianças e adolescentes. O objetivo é estudar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que vai completar 30 anos em 2020.

— Vira e mexe somos surpreendidos por atos de violência de crianças que deveriam estar brincando e estudando. Essas crianças que cometem crime são também vítimas de outro tipo de violência que se traduz em males para a sociedade.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Setor critica regras para vídeo sob demanda

Para o setor de serviços como Netflix e Hulu, projeto com normas é intervencionista, pode reservar mercado e impedir crescimento

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) debateu ontem o projeto de lei que pretende regular a chamada comunicação audiovisual sob demanda (*video on demand* ou VoD). Do senador Humberto Costa (PT-PE), o PLS 57/2018 disciplina a distribuição de conteúdos de vídeo por demanda fornecidos por banda larga (*veja abaixo*).

A diretora de Relações Governamentais e Políticas Públicas da Netflix, Paula Pinha, considerou que a tributação dos serviços sob demanda não produz os mesmos efeitos conseguidos em outros setores do audiovisual, como cinema e televisão. Para ela, a cota sugerida prejudica produtores e consumidores, uma vez que os

catálogos de ofertas de obras deverão ser reformulados.

Para o diretor-geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Cristiano Lobato Flores, o modelo proposto no projeto é denso demais e poderá impedir o crescimento do setor.

— Até porque o mercado é prematuro e ainda não demanda intervenção estatal.

Representante da Motion Picture Association of America (MPA), José Maurício Fittipaldi disse que o projeto apresenta riscos de caracterização de abuso regulatório, pois pode resultar em reserva de mercado.

— Estamos num cenário desafiador, dentro de um contexto de crise econômica onde esse projeto é altamente



Representante da Secretaria Especial de Cultura, Ricardo Rihan fala em debate dirigido por Izalci Lucas (C)

intervencionista e excessivo.

Advogado da Associação Brasileira de Programadoras de TV por Assinatura (ABPTA), Marcos Bitelli questionou pontos do projeto como a necessidade de responsabilização editorial. Segundo ele, a classificação indicativa já existe nos vídeos sob demanda e as plataformas

já dispõem de bom relacionamento com órgãos como o Ministério da Justiça.

Favorável à medida, o presidente do Congresso Brasileiro de Cinema, Rojer Garrido de Madrugá, disse que há um desinteresse dos empresários na livre concorrência e no pagamento de impostos. Ele

sugeriu que o governo use a “dose certa” na tributação do setor de VoD.

— É muito mais fácil simplificar toda a burocracia cobrando em cima do faturamento. Não pode ser muito nem pouco.

O secretário do Audiovisual do Ministério da Cidadania, Ricardo Rihan, defendeu uma isonomia competitiva entre as empresas, com vistas à regulação tributária.

Subsecretário do Ministério da Economia, Marcelo de Matos Ramos advertiu para o fato de que o projeto pode impedir a inovação no país.

— Não seria possível pensar num novo modelo para o setor audiovisual que progressivamente diminua o peso da intervenção estatal, deixando o setor privado criar sua própria dinâmica?

Projeto busca equidade no setor de audiovisual, explica Humberto Costa

O projeto de Humberto Costa debatido ontem na CAE aguarda o parecer do relator, senador Izalci Lucas (PSDB-DF). Depois, o texto passará pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Constituição e Justiça (CCJ), que dará decisão

terminativa. A proposta regula a comunicação audiovisual sob demanda, como os serviços por empresas como Netflix, Hulu e Prime Video.

Em sua justificativa, Humberto Costa afirma que o mercado de VoD vem crescendo rapidamente no país e compete com outros segmentos da

mídia audiovisual — como a televisão aberta e os serviços por assinatura — sem estar sujeito a obrigações equiparáveis.

Entre os dispositivos do projeto, está o que determina os princípios da comunicação audiovisual sob demanda, como a liberdade de expres-

são e de acesso à informação. O texto também define como compromissos desse serviço a acessibilidade, a promoção da diversidade cultural, da língua portuguesa e da cultura brasileira, o estímulo à produção independente e regional e a vedação ao monopólio e ao oligopólio.

Especialistas pedem mudanças na reforma da Previdência no segundo turno

A proposta de reforma da Previdência (PEC 6/2019) foi aprovada em primeiro turno pelo Plenário na semana passada, mas especialistas ainda defendem alterações no texto no segundo turno de votação. Eles participaram ontem de mais uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos. A reunião foi proposta

pelo presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS).

Diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, Diego Monteiro Cherulli considerou uma vitória a manutenção do abono salarial para os que ganham até dois salários mínimos (R\$ 1.996). Entretanto, ele lamentou que ainda haja “erros” que podem

não ser corrigidos pela PEC paralela (PEC 133/2019), que consolida as mudanças feitas pelo Senado ao texto aprovado na Câmara, como defendem alguns senadores. Ele alertou para a possibilidade de o texto ser considerado inconstitucional.

Já o presidente da Sociedade Brasileira de Previdência

Social, José Pinto da Mota Filho, ressaltou que é preciso constar da reforma o valor do financiamento do benefício, que, segundo ele, foi reduzido de 40% para 28%. Por sua vez, o consultor do Senado Luiz Alberto dos Santos defendeu a aprovação de destaque para retirar as novas exigências para aposentadoria especial.

Paulo Paim ressaltou que esse destaque só não foi aprovado por uma diferença de três votos.

— Por detalhe que nós perdemos, por três votos nós não derrubamos a questão da vinculação da idade com a aposentadoria especial. Mas nós vamos tentar de novo agora no segundo turno.

Simone Tebet defende atuação do Senado na reforma

Simone Tebet (MDB-MS) defendeu ontem o trabalho da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e do Senado na discussão da reforma da Previdência (PEC 6/2019). Ela afirmou que o Senado não é um “mero carimbador” da proposta aprovada pela Câmara. A senadora disse também que a Casa vai aprovar a PEC paralela da Previdência (PEC 133/2019), com mudanças no texto, e que o adiamento da votação em segundo turno por causa da discussão do pacto federativo não fará diferença.



Chico Rodrigues elogia homilia do papa no Vaticano

Chico Rodrigues (DEM-RR) registrou ontem em Plenário o início do Sínodo da Amazônia, no Vaticano. O sínodo é um encontro de bispos da Igreja Católica e neste ano tem a floresta como tema. Rodrigues elogiou a homilia do papa Francisco, que pediu a Deus que preserve todos de novos colonialismos. Para o senador, foi uma declaração muito oportuna, pois a Amazônia, disse, está sendo visada por fundações internacionais e nações interessadas nas riquezas dos nove países da região.



Paulo Paim destaca sínodo que discute floresta amazônica

Paulo Paim (PT-RS) destacou ontem, em Plenário, o sínodo dos bispos católicos que discute até 27 de outubro aspectos sociais e ambientais da Floresta Amazônica. Ele citou declaração do cardeal brasileiro dom Claudio Hummes, relator-geral do sínodo, para quem a Igreja tem a função de denunciar problemas: “Quando as outras partes envolvidas nos temas amazônicos não estiverem abertas ao diálogo, é função da Igreja denunciar problemas e apontar novos caminhos”.



Política para diabetes vai virar lei, diz Jorge Kajuru

Jorge Kajuru (Cidadania-GO) destacou ontem que Jair Bolsonaro prometeu sancionar nesta semana o texto que institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Saúde da Pessoa Diabética (PLC 133/2017). O senador ressaltou que a política obriga exames de glicemia em triagens de atendimentos de urgência e distribuição gratuita de remédios para tratar a doença. A medida, disse, vai ajudar cerca de 23 milhões de cidadãos diagnosticados com diabetes.



Izalci Lucas destaca eleições para os conselhos tutelares

Izalci Lucas (PSDB-DF) registrou ontem a eleição para os conselhos tutelares, realizadas no domingo. Ele disse que foram eleitos 200 conselheiros tutelares no DF, com mais de 400 suplentes. O senador destacou a importância deles para a defesa das crianças e dos adolescentes e para toda a sociedade brasileira. — O conselho tutelar e os conselheiros têm um papel fundamental na defesa dos direitos da criança e do adolescente e garante realmente esses direitos — pelo menos trabalham muito para isso.